



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6133 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

**A POLITICA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS (2004-2018)**

Andreia Migon Zanella - UEPG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

**A POLITICA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS (2004-2018)**

Este trabalho apresenta pesquisa de tese, em andamento, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O objeto de investigação são as políticas nacionais de formação continuada de professores da Educação Básica.

A problemática central propõe-se a desvelar a seguinte questão: Quais os fundamentos teórico-epistemológicos que dão sustentação à política nacional de formação continuada de professores da Educação Básica (2004-2018)?

O campo das políticas educacionais segundo Krawczyk (2015) se constitui por diferentes abordagens. Para ela existe um campo específico da Política Educacional que necessita de outros aportes disciplinares e outro que estuda Políticas Educacionais em sua diversidade de finalidades no processo educativo. De acordo com seus estudos um número pouco expressivo de pesquisas se propõe a analisar a dinâmica das políticas educacionais como um espaço de atividade, de relações e disputas de poder, conflitos, etc.

Nesse sentido, essa pesquisa se justifica, principalmente, pela necessidade de conhecermos as relações das políticas públicas de formação com a origem, alargamento e concentração do capital, alinhado à subordinação do trabalho ao modo de produção na sociedade capitalista para, por fim, identificarmos elementos que possibilitem a construção de um projeto formativo com fundamentação científica, filosófica e política que assegure aos profissionais condições formativas que promovam a emancipação política necessária para a realização da práxis na educação e a formação sólida dos estudantes da classe trabalhadora, com vistas à emancipação humana.

A pesquisa é desenvolvida mediante análise documental, fundamentada na concepção materialista histórica e dialética por conceber que esta apreende as contradições do real. Pretende-se como resultado explicitar os fundamentos políticos e ideológicos que sustentam a política para formação continuada no Brasil, como parte de um projeto mais amplo de sociedade.

Para Brzezinski (2011), esse sistema educacional é determinado pelo modelo econômico, baseado na ideologia burguesa e no Estado mínimo, pautado na produção de saberes instrumentais e úteis à preparação de trabalho exigida pelo sistema capitalista. De acordo com esses princípios, elaboram-se políticas educacionais, com a pretensão de reproduzir a ideologia neoliberal. Trata-se, portanto, de uma forma de conceber e praticar a educação que atrela a escolarização à manutenção e desenvolvimento da perspectiva capitalista do trabalho.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação (MEC) implementa as políticas para a formação de professores. Em 2004, o ministério instituiu a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores e, em Julho de 2007, por meio da Lei nº 11.502 (BRASIL, 2007), atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a função de subsidiá-lo na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais da educação e no desenvolvimento científico e tecnológico.

Diante disso, levantamos as produções que analisaram, nos últimos 15 anos, a política nacional de formação continuada de professores da Educação Básica. Foram localizados 1.109 trabalhos envolvendo a temática. Desses, 80 focalizavam a política nacional de formação continuada e estão separados em *dois eixos principais*:

- a. Produções que tratam da política nacional de formação continuada de professores da Educação Básica, cujos resultados permitem a obtenção de um panorama das discussões acumuladas sobre o tema, a identificação de tendências metodológicas, referenciais teóricos, lacunas, fragilidades e que, portanto, contribuem para avanços qualitativos na temática de pesquisa.
- b. Produções que tratam de programas específicos de formação, mas apresentam resultados que colaboram para entender a concepção de formação de professores que os fundamenta e como se relacionam ao contexto político, social e econômico.

No primeiro eixo os trabalhos revelam uma política de formação que despreza os elementos estruturais do processo educacional. Nessa perspectiva, indicam que as políticas tem como pressuposto e prioridade o desenvolvimento econômico e a manutenção da ordem política vigente. O foco da formação é o professor, que elabora e produz conhecimentos com base na compreensão da “realidade” e nas possibilidades de contribuir para o aperfeiçoamento e “autonomia” do docente em sala de aula (BRITO NETO, 2018; DRI, 2013; FREITAS, 2007; JOVINO, 2011; LUZ, 2012; MASSON, 2009, 2012; MORORÓ, 2017; SCHEIBE, 2010; VIEGAS, 2009).

No segundo eixo, as produções concluem que os programas são pautados em perspectivas utilitaristas e individualizadas, não atendem às necessidades prioritárias da escola básica pública, pois não alcança a mudança no âmbito da estrutura da práxis docente (MELLO, 2014; NACARATO, 2016; RODRIGUES e VIEIRA 2012).

Em síntese as pesquisas indicam *avanços e limites* no campo das políticas de formação de professores da Educação Básica. Como avanços destaca-se: criação de uma Rede Nacional de Formação de Professores; criação da Política Nacional de Formação de Professores; articulação entre os entes federativos na oferta da Formação; Diversidade na oferta de modalidades; inclusão de bolsas de estudos nas políticas de formação; fortalecimento dos Fóruns e envolvimento dos docentes na elaboração das políticas; ampliação do número de Programas; participação das universidades públicas na oferta de Formação Continuada; participação e valorização da sociedade civil através dos órgãos representativos.

É importante destacar que a partir de 2005 os contornos delineados no contexto da

regulamentação da política nacional de formação dos profissionais da educação, desde a reconfiguração da CAPES (2007) até as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2015), expressam a perspectiva de se construir um movimento de interlocução e controle social com a participação de diferentes segmentos da sociedade civil.

Como limites ressalta-se a instabilidade política, rupturas e descontinuidades nos Programas; esvaziamento teórico-metodológico nos Programas; forte influência do setor privado na política de formação; Programas pautados em perspectivas práticas, utilitaristas e individualistas; foco no treinamento e na elevação dos índices educacionais; professor concebido como protagonista na resolução dos problemas do ensino e da aprendizagem; problemas educacionais tratados fora do contexto social amplo.

Nesse sentido, os estudos de Freitas (2007) mostram que programas e as ações implementados no período se constituíram de diferentes formas, sempre marcadas, com maior ou menor ênfase, por um movimento do governo federal induzindo e conduzindo as políticas nesse campo, restando aos governos estaduais e municipais as tarefas de natureza mais operacionais, isto é, de execução.

Nessas bases, o regime de colaboração e as relações interfederativas que se constroem no campo da formação de professores são, predominantemente, orientadas de cima para baixo, o que se caracteriza muito mais para processos de desconcentração (permanece o controle, delega-se apenas a execução) do que, efetivamente, de descentralização.

Levando em consideração esse pressuposto, analisar quais os fundamentos teórico-epistemológicos que dão sustentação a formação continuada de professores da Educação Básica, é fundamental para compreendermos que tipo de trabalhador e de práxis docente, a política nacional pretende desenvolver e, principalmente, com quais objetivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Educacionais. Formação Continuada de Professores. Fundamentos teóricos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>. Acesso em: 14 Nov.2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007**. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm). Acesso em: 14 Nov.2013.

BRITO NETO, Anibal Correia. **Política Nacional de Formação de Professores no Brasil (2003-2016) como expressão da governança global**. UFSC. Florianópolis/SC. 2018

BRZEZINSKI, Iria. **Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1139-1166,

set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, Acesso em: 20 out. 2011.

DRI, Wisllayne Ivellyze Oliveira. **A ação pública e a formação continuada de professores: um estudo de caso no Brasil e na Argentina.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação. São Paulo, 2013.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, out. 2007 1203 Disponível em Acesso em 03.mai.2019

JOVINO, Wildiana Kátia Monteiro. **Trabalho, educação e a atual política de formação docente no Brasil: uma análise à luz da crítica marxista—** Fortaleza, 2011. Dissertação.

KRAWCZYK, N. **Pesquisa e formação em política educacional.** Revista Olhares. Guarulhos. v3, n2. p 8-14. nov. 2015

MARX, K. **A ideologia alemã.** São Paulo, SP: Martin Claret Ltda. 1998.

MASSON, Gisele. **Políticas de formação de professores: as influências do neopragmatismo da agenda pós-moderna.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

\_\_\_\_\_. **Implicações do Plano de Desenvolvimento da Educação para a formação de professores.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 165-184, jan./mar. 2012

MELLO, Rita Márcia Andrade Vaz de. **O atual cenário do processo formativo de professores para o magistério da educação básica no Brasil.** RBPB, Brasília, v. 11, n. 26, p. 1087 - 1116, dezembro de 2014.

MORORÓ, Leila Pio. SILVA, Rene. **Contradições na articulação dos entes federados para implementação da política nacional de formação de professores.** Riaee – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.12, n.1, p. 440-455, 2017 E-ISSN: 1982-5587 DOI: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n1.8999>

NACARATO, Adair Mendes. **A parceria universidade-escola: utopia ou possibilidade de formação continuada no âmbito das políticas públicas.** Revista Brasileira de Educação v. 21 n. 66 jul.-set. 2016.

RODRIGUEZ, Vicente. VIEIRA, Marcelo. **Descentralização e formação continuada de professores na RMC.** Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 67-90, maio/ago. 2012.

SCHEIBE, Leda. **Valorização e formação dos professores para a Educação Básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação.** Rev. Educ. e Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set.20

VIEGAS, Luciane Torezan. SIMIONATO, Margareth Fadaneli. BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Formação de professores: uma análise preliminar do programa nacional de formação continuada dos professores da educação básica.** 2009. Acesso em 07.Mai.2019